



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/04/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
1.2. SELETIVOS.....	2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. JUÍZES.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	5
3.2. SEGURANÇA.....	6
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. DECISÕES.....	7 - 8
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	9 - 10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	11
5.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	12
5.3. CORREGEDOR.....	13
5.4. DECISÕES.....	14 - 15
5.5. EXECUÇÕES PENAIS.....	16 - 17
5.6. JUÍZES.....	18 - 20
5.7. SEGURANÇA.....	21
5.8. SERVIDORES.....	22 - 23
5.9. SINDJUS.....	24
5.10. VARAS CRIMINAIS.....	25 - 29

Secretário Sebastião Uchôa se reúne com internos em Pedrinhas

O secretário de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, se reuniu, esta semana, com internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas, em São Luís. O objetivo foi discutir as necessidades da unidade e o andamento dos processos dos presos.

Acompanhado do superintendente de Justiça, Kécio Rabelo, e de representantes de entidades religiosas, Sebastião Uchôa escutou as questões dos detentos, o que incluiu melhorias no ambiente, horário das visitas dos familiares e processos atrasados. De acordo com o diretor da unidade, Raimundo Fonseca, foram selecionados detentos de todas as alas para representar e apontar ao secretário as reivindicações.

Uchôa explicou que os atendimentos para análise dos processos pendentes terão início imediato "Já foi feito acordo como Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do estado para resolver essa questão. O setor jurídico da Sejap está focado em resolver essa problemática" ressaltou.

Quanto ao horário das visitas dos familiares, o secretário disse que tratará do assunto com o diretor da unidade e que as mudanças, se diagnosticadas necessárias, serão realizadas.

**1ª etapa do concurso de juiz será
divulgado na segunda**

PÁGINA 3

Resultado da 1ª etapa do concurso de juiz será divulgado na segunda

O Cespe/UNB divulga na segunda-feira (15) o resultado da primeira etapa do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com o total de candidatos habilitados para a segunda etapa do certame, de 3 a 5 de maio. Os gabaritos serão divulgados nos sites do Cespe (www.cespe.unb.br) e do TJMA (www.tjma.jus.br).

Estão em disputa no concurso da Corte estadual de Justiça, 31 vagas e formação de cadastro de reserva. Na primeira etapa, em 3 de março, 928 candidatos faltaram à prova objetiva, ou seja, 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados para o seletivo. Eles enfrentaram cinco horas seguidas de prova na Faculdade Fama (Turu).

A nova fase, em maio, tem caráter eliminatório e relaciona prova escrita discursiva, no primeiro dia, e prova escrita prática de sentença Civil e Criminal nos outros

dois. De acordo com o edital, a prova discursiva terá cinco questões e a de sentença, duas.

O concurso para juiz de Direito promovido pela gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior é o primeiro do Tribunal maranhense desde 2008, quando também foram oferecidas 31 vagas.

"Os aprovados ao final do certame irão atuar como juízes substitutos em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado, por indicação da Corregedoria Geral da Justiça", reafirma Guerreiro Júnior.

Os candidatos terão seis etapas pela frente até o final do concurso, em dezembro, incluindo curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e promovido pela Esmam).

Ainda de acordo com o edital, 5% das vagas abertas - ou criadas no prazo de validade do concurso - serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência.

MOTIM

Chega ao fim rebelião na delegacia de Codó



80 presos participaram do motim

Foi controlada a rebelião que aconteceu na noite da última quinta-feira (11) na cidade de Codó. Oitenta presos participaram do motim. Todos eles estavam dentro de uma cela só. A rebelião teve início após uma ação organizada pela direção do sistema prisional codoense, revistando todas as celas. Foram encontradas drogas, armas, celulares, carregadores de celulares, chips e baterias.

O diretor do sistema prisional de Codó, Oriosvaldo Silva, resolveu revistar as celas após as visitas aos presos. Agentes penitenciários e policiais militares encontraram as drogas e armas enterradas nas camas de cimento e nas paredes.

Quando os presos retornaram para as celas deram início a rebelião. Deu início uma briga entre os presidiários. Um preso de nome Johnny foi ferido nos olhos. Muitos estão feridos. E

outro grupo está sendo usado como reféns.

Os agentes penitenciários chegaram a ver um preso amarrado numa cela e sendo espancado com facões. O Juiz Dr. Candido foi chamado para participar das negociações, e os presos exigiram a presença de seus familiares, pedido esse que não foi atendido pelo Juiz.

Um preso também que estava sendo usado como refém e estava ferido foi atendido pelo Dr. Digioge e o preso teve que tomar soro com o braço pelo lado de fora pois os presos não queriam liberar o refém.

O Juiz Dr. Candido informou que isso já era esperado devido ao estado da delegacia em estado precário, ele já enviou relatórios para a Secretaria de Segurança e CNJ pedindo providências nas melhorias da delegacia. Policiais militares já estão na mini-penitenciária.

Amma incentiva juízes a mostrar produtividade em audiências

Associação dos Magistrados do Maranhão quer que a sociedade, por meio de audiências públicas, tenha conhecimento sobre atividades no que tange à prestação jurisdicional; iniciativa atende ao projeto *Presença do juiz na Comarca*, do CNJ

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) iniciou uma campanha para estimular os juízes a realizarem audiências públicas em suas comarcas com o objetivo de mostrar à sociedade o trabalho realizado no que tange à prestação jurisdicional, com a divulgação de dados que demonstrem compromisso com a Justiça rápida e eficaz. As audiências também são uma forma de dar uma resposta ao projeto *Presença do Juiz na Comarca*, lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ).

O presidente da Amma, juiz Gervásio Santos, explicou que o projeto lançado pela Corregedoria do CNJ, além de retirar do juiz, que é o gestor da Vara, a capacidade de administrar o seu tempo, passa para a sociedade a ideia equivocada de que o magistrado só trabalha quando realiza audiências. "Na verdade, boa parte do trabalho do juiz consiste em sentenciar, despachar e estudar os autos, tarefas que podem ser realizadas no gabinete ou em outro ambiente no qual haja condição necessária", explicou.

De acordo com Gervásio Santos, as audiências públicas preconizadas pela Amma visam fazer esclarecer à sociedade e aos advogados o trabalho desenvolvido pelos magistrados. "Em muitas situações, a agilidade do processo não depende exclusivamente do juiz, até porque o magistrado é apenas um dos atores processuais. O processo, para funcionar, depende das partes, dos advogados e dos promotores", assinalou.

Gervásio Santos disse que é extremamente preocupante a postura adotada pela Corregedoria Nacional de Justiça em exortar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a denunciar os juízes, pois muitas das vezes a morosidade dos processos se deve à lentidão do próprio advogado.

Denúncias - Outro ponto observado pelo presidente da Amma é que advogados insatisfeitos com decisões proferidas poderão utilizar o poder conferido pela Corregedoria para dar vazão a denúncias infundadas.

Para o presidente da Amma, essa prestação jurisdicional não

se dá com celeridade, pois os fatores são completamente alheios à vontade do juiz. Ele disse ter certeza de que o diálogo franco e aberto com a população permitirá esclarecer eventuais dúvidas e combater a equivocada ideia de que a morosidade judicial decorre da falta de trabalho do juiz. "Os fatores são outros e muito mais complexos, de maneira que simplificar a questão apenas com o projeto que tenha mais apelo midiático do que prático não é a solução para se alcançar a desejada qualidade e rapidez que todos esperamos da Justiça brasileira", argumentou Gervásio Santos.

Magistrados recebem treinamento de segurança

Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão, que participaram da primeira turma do curso de segurança, no Condado de Lake, na Flórida, Estados Unidos, se reuniram com o presidente da Corte estadual, Antonio Guerreiro Júnior, quinta-feira (11), para expor as experiências e conhecimentos adquiridos durante o treinamento realizado entre os dias 31 de março e 5 deste mês. O segundo grupo de magistrados viajou aos Estados Unidos no dia 6 deste mês.

Foram selecionados para o curso 40 magistrados, entre desembargadores e juízes criminais, inclusive aqueles que já sofreram algum tipo de ameaça.

O curso foi ministrado por policiais da ativa da SWAT, unidade de polícia altamente especializada em situação de emergência.

Caema não pode aumentar tarifa dos consumidores

Pág - 4

São Luís

Caema não pode aumentar tarifa dos consumidores

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado mantiveram a suspensão de reajuste da tarifa pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caema) que seria cobrada nas faturas de consumo de água e esgoto a partir de 1º de janeiro de 2013.

A cobrança já havia sido suspensa liminarmente em dezembro de 2012, pelo juiz Carlos Henrique Veloso, da 2ª Vara da Fazenda Pública, com multa de R\$ 10,00 por cada consumidor que tenha sua fatura alterada além do índice inflacionário.

O pedido foi ajuizado pelo Ministério Público Estadual (MP) em ação civil pública que firmou com a Caema Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) frente ao anúncio, em 2011, do reajuste tarifário de 87,36% na faixa de consumo residencial, a partir de 1º de janeiro de 2012.

Com o TAC ficou estabelecido que o reajuste ocorreria de forma escalonada, sob a condição de a Caema implementar uma série de políticas públicas voltadas para a melhoria do serviço de saneamento básico no Estado.

Segundo a ação, a empresa não concluiu nenhuma das obras e não efetivou as melhorias a que se comprometera no TAC, continuando os consumidores sujeitos a

dificuldades no abastecimento de água, de forma que não poderiam se submeter a um segundo reajuste tendo em contrapartida uma má prestação de serviço.

Em recurso, a Caema pediu a suspensão da liminar e permissão para aplicar o reajuste tarifário, alegando que o não reconhecimento desse direito causaria paralisação das obras da Companhia e lesão a toda a população do Estado, que poderia ter o abastecimento prejudicado ou inviabilizado, além do desequilíbrio financeiro e o risco de falência causado à empresa.

O relator do recurso, desembargador Kléber Costa Carvalho, manteve a decisão do magistrado e entendeu que a Caema supostamente descumpriu todos os termos do TAC firmado com o MP, ante as demonstrações de obras inacabadas de sua responsabilidade. Ele ressaltou que o aumento acarretaria imediato impacto no orçamento das famílias e empresas maranhenses, elevando o custo de vida e produção.

"O acordo possui cláusula de aumento de tarifas aplicável apenas após o adimplemento dos termos do acordo, permitindo ao juízo a quo deferir tutela antecipada para suspender o aumento tarifário", disse o magistrado.

Melhorias

Secretário se reúne com internos em Pedrinhas



Secretário Sebastião Uchôa se reúne com CDP de Pedrinhas

O secretário de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, se reuniu, com internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas, em São Luís. O objetivo foi discutir as necessidades da unidade e o andamento dos processos dos presos.

Acompanhado do superintendente de Justiça, Kécio Rabelo, e de representantes de entidades religiosas, Sebastião Uchôa escutou as questões dos detentos, o que incluiu melhorias no ambiente, horário das visitas dos familiares e processos atrasados. De acordo com o diretor da unidade, Raimundo Fonseca, foram

selecionados detentos de todas as alas para representar e apontar ao secretário as reivindicações.

Uchôa explicou que os atendimentos para análise dos processos pendentes terão início imediato "Já foi feito acordo como Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do estado para resolver essa questão. O setor jurídico da Sejap está focado em resolver essa problemática" ressaltou.

Quanto horário das visitas dos familiares, o secretário disse que tratará do assunto com o diretor da unidade e que as mudanças, se diagnosticadas necessárias, serão realizadas.

■ Ação no fim de semana

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Guerreiro Júnior, abortou a ação de um advogado, filho de desembargador do TJ, para libertar durante um plantão de fim de semana os principais acusados do assassinato do jornalista Décio Sá, executado a tiros em 2012.

(Brasil Confidencial – IstoÉ)

■ Centro de conciliação do TJ

Será instalado em 60 dias, na Faculdade do Maranhão (Facam), no Bequimão, novo centro de conciliação em São Luís – o quinto que recebe o Estado durante a gestão do presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior.

Entendimento nesse sentido foi firmado entre o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJ-MA, desembargador José Luiz Almeida, o diretor-geral daquela instituição de ensino superior, César Bandeira, e o coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu.

A instalação do novo centro atende projeto do Judiciário que visa expandir a cultura de conciliação no Estado. A estrutura física do órgão será garantida pela Facam, cujo escritório-escola ajudará na capacitação dos estudantes que atuarão como conciliadores.

Acompanhado das juizas Alice Prazeres e Teresa Cristina Mendes, o desembargador Cleones Cunha participou do 62º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil.

No evento, realizado em Ouro Preto (MG), Cleones Cunha coordenou, na sexta-feira, mesa de trabalhos que definirá o novo Estatuto do Colégio Permanente de Corregedores.

**❖❖ Quem será a presidente de
sindicato que responde processo
no TJ por desvio de merenda esco-
lar?????!!!**

PERITORÓ

MPMA garante tratamento a crianças usuárias de drogas

Uma Ação Civil Pública proposta pela 2ª Promotoria de Justiça de Coroatá que pede a internação de duas crianças, de 11 e 13 anos, dependentes do crack, teve decisão favorável da Justiça. A ação é de autoria do promotor de justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca e a decisão é do juiz Francisco Ferreira de Lima, da 2ª Vara da Comarca de Coroatá.

O caso foi levado ao Ministério Público do Maranhão pelo Conselho Tutelar de Peritoró (Termo Judiciário da Comarca de Coroatá). As duas crianças são usuárias de drogas, em especial o crack e, por conta de sua dependência química, perambulam pelas ruas do município, praticando pequenos furtos. A mãe das crianças e o companheiro dela também são usuários de entorpecentes.

A situação foi levada ao conhecimento do Município de Peritoró tanto pelo Conselho Tutelar quanto pelo Ministério Público. A 2ª Promotoria de Justiça de Coroatá, inclusive, oficiou à Prefeitura, solicitando que fosse providenciado o abrigo e tratamento das crianças, mas nenhuma providência foi adotada.

A decisão da Justiça dá prazo de 10 dias para que o Município de Peritoró providencie a internação dos meninos nas Fazendas da Esperança de Coroatá e Balsas, disponibilizando transporte adequado até o local de internação. Todo o procedimento deverá ser acompanhado pelo Conselho Tutelar. Até a internação, as crianças devem permanecer na sede do conselho.

■ Presos provisórios

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão quer reduzir para 40% o número de presos provisórios no Estado, cujo percentual hoje é de 52%.

“É uma meta aceitável, mas não é o ideal. Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública devem se organizar para atingi-la, sem a necessidade de mutirões carcerários”, enfatiza o juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas Melo Martins.

Para Martins, os detentos precisam ter situação penal definida. “Quem tem que ficar detido, que fique mediante o julgamento e determinação da pena a ser cumprida”, ressalta o juiz, acrescentando que de 2009 a 2011 o percentual de presos provisórios caiu de 74% para 52%, uma redução de 22%.

DIVULGAÇÃO



Secretário Uchoa conversa com internos do CDP

Sebastião Uchoa se reúne com internos do CDP de Pedrinhas

O secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, se reuniu nesta semana, com internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas, em São Luís. O objetivo da reunião foi saber dos próprios detentos as necessidades da unidade e o andamento de seus processos.

Acompanhado do superintendente de Justiça, Kécio Rabelo, e de representantes de entidades religiosas, Uchoa, escutou as questões dos detentos, dentre elas a melhoria no ambiente e horário das visitas dos familiares e ainda sobre os processos atrasados. De acordo com o diretor da unidade, Raimundo Fonseca, foram retirados 40 detentos, sendo 10 de cada ala

do estabelecimento para representar e apontar ao secretário as reivindicações.

Uchoa explicou que os atendimentos para análise dos processos pendentes terão início imediato. "Já foi feito acordo como Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do estado para resolver essa problemática. O setor jurídico da Sejap está focado em resolver essa problemática", ressaltou.

Quanto à questão dos familiares, o secretário disse que tratará do assunto com o diretor da unidade e que as mudanças, se diagnosticadas necessárias, serão realizadas. "A nossa gestão quer e vai fazer uma administração voltada para a melhoria do sistema e isso inclui todos os setores do sistema", frisou.

Comerciante que denunciou juiz em Barreirinhas diz que teme ser morto

O comerciante Francisco Pedro dos Reis Leal, ex-proprietário de pousada em Barreirinhas, trava uma luta solitária nos bastidores do Poder Judiciário, tentando recuperar parte das perdas que teve em seus negócios, ocasionadas por um suposto esquema de grilagem de terras na região dos Lençóis Maranhenses.

Ele formulou, há seis anos, graves denúncias contra o então juiz titular da Comarca de Barreirinhas, Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, acusado de grilar terrenos na cidade e que acabou sendo aposentado compulsoriamente pelo Tribunal de Justiça do Estado.

PÁGINA 5



Francisco R. Leal quando exibia na redação do Jornal Pequeno a reportagem com denúncias publicadas pela revista 'IstoÉ'

Homem que denunciou juiz em Barreirinhas teme ser assassinado

Ele fez denúncias de suposto esquema de grilagem de terras nos Lençóis Maranhenses

POR MANOEL SANTOS NETO

O comerciante Francisco Pedro dos Reis Leal, ex-proprietário de pousada em Barreirinhas, trava uma luta solitária nos bastidores do Poder Judiciário, tentando recuperar parte das perdas que teve em seus negócios, ocasionadas por um suposto esquema de grilagem de terras na região dos Lençóis Maranhenses.

Ele formulou, há seis anos, graves denúncias contra o então juiz titular da Comarca de Barreirinhas, Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, acusado de grilar terrenos na cidade e que acabou sendo aposentado compulsoriamente pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Dizendo-se falido, após a perda de suas terras, Francisco Pedro dos Reis Leal manteve contato com a Redação do **Jornal Pequeno** para dizer que está com medo de ser assassinado. E que também está cada vez mais angustiado com a inexplicável morosidade da Justiça em relação a quatro processos seus que correm na Comarca de Barreirinhas desde maio de 2007.

Ele explicou que estes processos decorrem da venda de um terreno de 17 hectares, localizado às margens do Rio Preguiça, nas proximidades do povoado Tapuio. Foi a venda deste terreno, realizada no ano de 2002, que ajudou a desvendar um pantanoso esquema de grilagem de terras, posteriormente investigado pela Polícia Federal.

Este suposto esquema, envolvendo empresários, políticos e até integrantes do Poder Judiciário, foi denunciado pela revista 'IstoÉ' no final de julho de 2010, com uma reportagem intitulada "Paraíso privatizado - PF investiga políticos, empresários e até um juiz em esquema milionário de grilagem de terras nos Lençóis Maranhenses".

Na época, a 'IstoÉ' informou que a Polícia Federal fizera a abertura de inquérito sigiloso



Francisco Reis Leal exhibe reportagem com denúncias publicadas pela revista 'IstoÉ'

para apurar o caso, que veio à tona a partir de denúncias do comerciante Francisco Pedro dos Reis Leal, ex-proprietário de pousada em Barreirinhas.

Antes de entrar no programa de proteção a testemunhas da PF, sob alegadas ameaças de morte, Leal acusou o magistrado Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, então juiz titular da Comarca de Barreirinhas, de negociar terras públicas entre amigos e no mercado imobiliário local.

Entre os beneficiários do esquema estaria o empresário José dos Reis Gil, conhecido como "Português", e José de Ribamar Castro Ramos, conhecido como "Dr. Baial". Segundo denúncias feitas à Polícia Federal, Castro Ramos foi o mentor de um dos principais esquemas de grilagem de terras em Barreirinhas.

Segundo a 'IstoÉ', relatórios da Corregedoria-Geral de Justiça

do Maranhão apontaram a prática de "enriquecimento ilícito" por meio da "distribuição ilegal de terras públicas" pela Prefeitura de Barreirinhas a pessoas físicas e jurídicas, "especialmente à pessoa do juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior".

Na época, diante das denúncias, o então juiz Fernando Oliveira Júnior alegou falhas na auditoria da Corregedoria e assegurou que nunca negociou terras públicas. E também afastou a tese de ligações políticas, levantadas pela Polícia Federal.

Escritura falsa - "Eu vendi 17 hectares de um terreno, em 2002, e no ano de 2007, o então dono do Cartório de Barreirinhas, Raimundo Nonato Castro Carvalho - a mando de Dr. Baial, confeccionou uma escritura de 27 hectares, num escandaloso esquema de grilagem de terra. Porque a área possui na verdade

apenas 22 hectares", afirma o comerciante Francisco Reis Leal.

Por esse motivo, segundo ele, Raimundo Nonato Castro Carvalho foi denunciado na Corregedoria de Justiça do Estado, onde foram comprovadas denúncias e por conta delas Castro Carvalho perdeu o cargo de serventuário, ou seja, deixou de ser o dono do cartório de Barreirinhas.

"Volto a dizer: vendi 17 hectares e eles incorporaram mais cinco hectares de minha propriedade, que não vendi, e ainda acrescentaram mais cinco hectares que não existem. Estes cinco hectares grilados existem apenas no papel, ou seja, apenas na escritura falsa", declara Francisco Reis Leal, frisando que, no ano de 2009, com uma liminar concedida pelo então juiz Fernando Barbosa, Dr. Baial mandou demolir a casa de Francisco Leal.

“Os desmandos continuam na Comarca de Barreirinhas; nada mudou”, afirma Leal

Pai de três filhos, todos menores, o comerciante Francisco Pedro dos Reis Leal foi quem denunciou o então dono do Cartório de Barreirinhas, Raimundo Nonato Castro Carvalho, e o então juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior. Após estas denúncias, Reis Leal esteve sob amparo do Programa de Proteção de Testemunhas.

“Tenho medo de ser assassinado porque os desmandos continuam na Comarca de Barreirinhas. Nada mudou”, afirma Reis Leal. Ele relata que, no ano de 2007, o juiz aposentado José de Ribamar de Castro Ramos, conhecido por Baial, ingressou na Justiça com processo pedindo reintegração de posse.

Em 2009, o então juiz da Comarca de Barreirinhas, Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, concedeu reintegração de posse em favor da empresa Islamar Hotéis, de propriedade de José dos Reis Gil.

Somente depois de um ano e oito meses da interposição de reintegração de posse, sob parte dos argumentos foi concedida a liminar quando em tese já tinha perdido o seu objeto em razão do decurso do tempo.

Reis Leal diz que luta na Justiça para reaver os cinco hectares que lhe foram subtraídos e luta para ser indenizado pela

perda material decorrente da demolição de sua casa. Ele afirma ainda que já fez denúncias à Corregedoria de Justiça do Maranhão, reclamando da morosidade da Justiça em Barreirinhas.

Outro fato grave, segundo ele, é que Dr. Baial conseguiu retirar do Fórum de Barreirinhas o Processo nº 493/84.2009.8.10.0073 – com ação de indenização por danos materiais, que continha todas as provas da demolição da casa onde Leal morava e trabalhava como comerciante.

“Dr. Baial ficou 59 dias com o processo em seu poder, sem ser advogado, e estar habilitado nos autos do processo. Na verdade, ele obteve o processo de forma criminosa, para agir de má-fé. Porque devolveu a papelada depois de retirar todas as provas da inicial do referido processo e ainda rasurou algumas páginas”, protesta Reis Leal.

O atual juiz da Comarca de Barreirinhas, Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, havia marcado audiência para o dia 1º de abril de 2013. Mas remarcou a audiência para o dia 9 de outubro de 2013, às 15h. O próprio juiz já formulou expediente com estes termos:

“Tendo em conta a impossibilidade de o magistrado titular desta comarca presidir

as audiências dos dias 1º a 5 de abril de 2013 em razão de ter sido convocado para participar do curso “Técnicas e Sistemas de Segurança Institucional aplicadas ao Poder Judiciário” pela Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, redesigno a data da audiência para o dia 9 de outubro de 2013, às 15h.

A designação da audiência para além de seis meses se deve à priorização determinada por este magistrado aos processos que se enquadram nas metas prioritárias do CNJ e da Enasp para que tais metas possam ser cumpridas no ano de 2013. Desta forma, até setembro de 2013 a pauta de audiências já se encontra esgotada com processos prioritários buscando-se atender as metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça e processos com réu preso e ações de alimentos.

Antes mesmo que o requerido formule qualquer tipo de reclamação quanto à redesignação da audiência junto à Corregedoria de Justiça, oficie-se à juíza auxiliar da Corregedoria Isabella de Amorim Parga Martins Lago para que tome ciência e junte tais informações ao processo que originou este ofício.”

❖❖ Rapaz, ô 'povo' que gosta de falar!!! 'Don Guerreiron' mandou um grupo de magistrados e funcionários do TJ-MA para um Curso de Segurança, no Condado de Lake, na Flórida, Estados Unidos, e já tem 'nego' dizendo que foi 'farra com o dinheiro público', que os magistrados ficaram preocupados com a volta ao Brasil por causa do tamanho das malas, com receio de serem tributados pela alfândega, parari, parará...!!! Marrapá!!! Os 'cabras' se qualificando e o 'povo' falando!!!

Tragédia a caminho de Fortaleza deixa marcas em família maranhense

Mãe tenta tratamento na China para filho sobrevivente



POR CATARINA BOGÉA

"Acidente acontece na BR-118 com cinco pessoas, sendo quatro da mesma família, e mata duas". Assim se fecha um ciclo de informações sobre uma tragédia. O factual é contado friamente, com palavras pesadas, e, após isso, o caso se encerra. Entretanto, por trás das cortinas, a história continua. O desastre, que já não é passado aos leitores, roda e aumenta em uma família comum, marcada por algo tão grande resumido em tão poucas palavras. A gente conhece a tragédia, mas nunca o sofrimento. Por isso, hoje vocês vão conhecer a triste, porém esperançosa história de dois anos que foi resumida numa simples frase fria de jornal.

Oito horas, do dia 3 de setembro de 2011. A Analista Judiciária Tatiana Carenina, de 37 anos, acaba de tomar banho e está se arrumando para mais um dia de trabalho no Tribunal de Justiça do Estado quando o celular toca. Do outro lado da linha, o ex-marido Jacob Fernandes de Oliveira Júnior, de 50 anos, empresário da construção civil, faz o chão fugir aos pés da ex-mulher: "Tatiana, aconteceu uma tragédia". Em seguida, Jacob, nervoso, relata o acidente que acabara de sofrer com três filhos (dois do casal) e uma babá, durante uma viagem a Fortaleza. Primeiro, a notícia: a filha Anna Karenina, de 7 anos, não conseguiu sobreviver. Depois, a esperança: "Quis perguntar sobre o 'Tavinho' (filho caçula), mas a voz não saía", relatou Tatiana.

Era uma entre tantas viagens

já feitas pela família. Jacob Fernandes e seus três filhos, Phelipe Silveira de Oliveira, 24, Anna Karenina Maranhão de Oliveira e Otávio Augusto, na época com 4 anos, acompanhados por uma babá, iam a Fortaleza para a casa da mãe de Phelipe. No fim da tarde do dia 2, sexta-feira, o irmão mais velho passou na casa de Tatiana para pegar as crianças. Impossibilitada de acompanhar os filhos, por causa de uma prova, e com uma relação muito boa com a ex-mulher do seu também ex-marido, ela não hesitou em deixar os pequenos nas mãos de quem os tratava tão bem. Dessa forma, tranquila e com confiança, desejou boa viagem e, com vários beijos, se despediu de seus dois pedaços.

O carro era levado por Phelipe e ao seu lado estava Jacob. No banco traseiro estavam as crianças e a babá. A viagem, já costumeira, começou durante a noite. O percurso seguia normal até que, por volta das 6h, na rodovia que liga Paraíba a Chaval, no município de Luís Correia, algo atrapalhou o percurso. Aparentemente por conta de um cochilo de quem conduzia o veículo, o Nissan X-Terra, que levava os cinco, saiu da pista e capotou várias vezes. Protegidos pelo airbag, Phelipe e Jacob, que iam à frente, sofreram ferimentos leves. No banco traseiro, a história de duas vidas foi interrompida. Com seu corpo preso às ferragens do veículo, a pequena Anna não resistiu e faleceu na hora. A babá também faleceu no local. Naquele momento, um único traço de esperança restava: a vida de Otávio. Essa, guardada, foi mudada completamente, marcada por uma fatalidade: ele sofreu traumatismo craniano.

Os três feridos foram levados para o hospital municipal Nossa Senhora da Conceição, em Luís Correia, e depois transferidos

para o Heda Paraíba. Durante o desespero pela perda da filha, o pai, que acompanhava de perto, repassava as informações para a mãe, ainda em São Luís, à espera de alguma notícia boa, porém essa não chegou. Com a chance de não sobreviver, Otávio foi levado para a UTI do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, em Paraíba. Somente quando pôde, com menos riscos, foi transferido para São Luís, para o hospital UDI. Lá, médicos tentavam acalmar Tatiana, apavorada com a possibilidade de perder a outra parte da sua vida. "Eles me diziam que o Otávio ia acordar logo, que ele ia ficar bem, mas isso demorou mais sete meses pra acontecer...", contou a mãe com a voz embargada, sem conseguir conter as lágrimas.

Otávio foi diagnosticado com dano cerebral com lesão axonal difusa, trazendo desespero à família, que torcia para ele, ao menos, acordar. Somente depois de sete meses, ele abriu os olhos, enchendo de alegria os que esperavam tanto por uma reação, mas preocupando também aqueles que acreditavam em uma boa recuperação. Apesar de acordado, o garoto até os dias atuais não fala, não anda, não senta e se alimenta por gastrostomia (alimentação parenteral).

Após dois anos do acidente, a dor nunca superada da perda da filha Anna foi transformada em força para a luta travada pela mãe dos pequenos. Tatiana, com muita garra, agora corre atrás de recurso que garanta o tratamento do filho de 6 anos. Ela iniciou uma campanha para levar "Tavinho" à China, para o instituto Beike Biotech, onde será feita uma terapia com células-tronco adultas de cordão umbilical. Para isso, precisa arrecadar 32.300 dólares. "Eu não tenho condições de fazer isso por conta própria. Tem hospedagem, transporte

aéreo e tudo isso. Preciso de ajuda e, ainda que seja tímida, não vou deixar de correr atrás", garante, confiante. "Se existe uma chance, por pequena que seja, eu, como mãe, não posso ficar inerte. Tenho que lutar pelo meu filho".

Hoje Tatiana mora longe do filho, por falta de condições financeiras para cuidar dele sozinho, por isso a escolha de deixá-lo ao lado do pai, em Fortaleza. À distância, a mãe tenta juntar o máximo dinheiro para realizar o mais cedo possível esse tratamento que a enche de esperança, porém a campanha segue com dificuldades. Sem muita ajuda, Tatiana conta com depósitos de pessoas solidárias na poupança que possui o nome de seu filho. Para colaborar, os dados são: agência 2972-6, poupança 38313-9 (variação 51), em nome de Otávio Augusto Maranhão. CPF 065 984 223-88. Banco do Brasil. A doação também pode ser feita pelo site <http://tavinhomaranhao.com.br/wp/>, que possui fotos e informações sobre o caso.

Por trás das cortinas, esta história continua, seguindo seu rumo, apesar de possuir nela algumas vidas interrompidas. Por isso existem tantos motivos para lutar, mais que nunca, pelas que continuaram aqui.



Mãe não mede esforços para melhorar a saúde do filho



Veículo destruído após sair da BR e capotar várias vezes

(1,2) Cianodeescala-1-PAGINA, 11.indd1204/2013214335



Destruções do Nissan X-Terra no município de Luís Correia, no Piauí

COLUNA DO JERSAN



NOTÍCIAS DO BRASIL

Todas as pessoas que acompanham, no cotidiano, as notícias do Brasil no rádio, televisão, jornais, revistas, blogs, Twitter ou em qualquer outro meio de comunicação, concluirá que estamos vivendo em um país conturbado. O tráfico de droga ilícita, a corrupção, o roubo de carga, o assalto, o sequestro, os estupros, os assassinatos, o roubo de veículos e outros tipos de violência são praticados a cada minuto neste país. Na maioria das vezes os culpados são presos e posteriormente libertados, dando a sensação de que a impunidade, também, é um ingrediente desse desdém à sociedade.

Neste comentário não pretendemos citar nomes, apenas exemplos de fatos registrados pela imprensa nacional e local que contribuem para colocar a todos a par de uma realidade que choca e constrange um povo, em grande parte sofrido, quase sem condições de sobrevivência, que "só vê a banda passar" tocando a música "Se gritar Pega Ladra"...

Empresários mandam matar e são vítimas, também. Mortes no trânsito louco das cidades acontecem diariamente, políticos corrompem e são corrompidos (os escândalos do mensalão já envolvem até ex-presidente) e todos os condenados continuam em liberdade. O governo institui programas sociais, cujos recursos financeiros distribuídos aliviam, mas não matam a fome de milhões de brasileiros. Político que mandou a vida toda no país ficou milionário, agora, triste, lamenta o ostracismo e condena à velhice. O Estado cria um programa de combate ao tráfico e o uso de drogas, mas não revela o valor dos gastos para execução do programa.

O "aperto" no Cintra (Fundação Nice Lobão) apesar do descontentamento de professores e alunos caminha para um desfecho de caráter político com objetivos a atingir. O desencontro de informações observado nas entrevistas de um senador e de um deputado mostra que no âmbito do governo local a disputa entre os dois

pré-candidatos do grupo dominante é para valer e que a dissidência existe. É a ideia dos mais idosos batendo de frente com a dos novatos, que em termos de conduta política não muda nada. Eles rezam na mesma cartilha do oportunismo, da subserviência e do interesse pelo "faz-me rir". Fácil.

A prisão de quase uma centena de empresários, políticos, funcionários públicos, pelas polícias civil, federal, rodoviária e militar em 12 estados brasileiros por corrupção ativa, corrupção passiva, fraude em licitações e outras coisas mais, nos leva a concluir que nesta década o Brasil piorou. Há mais casos que ocorreram e estão ocorrendo, causando prejuízos incalculáveis ao país do que em tempos passados. Pior: os acusados que são presos não demora nada e são colocados em liberdade.

Os poderes constituídos estão desacreditados perante a opinião pública. As pesquisas mostram um percentual elevado de descrédito em todos eles. Esse desgaste provém do comportamento de membros desses poderes preocupados em cuidar mais ou unicamente dos próprios interesses do que representar com dignidade a sociedade que eles se propuseram representar.

O noticiário recente mostra, ainda, desentendimento entre a classe dos juizes e a presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Isso atesta que sobre matéria constitucional ou não, eles tem entendimento conflitante na essência. Aqui, no Maranhão o Sindicato dos funcionários do Tribunal de Justiça, se desentende com a entidade representativa dos juizes, e por aí vai. Está difícil as entidades (ou seus representantes) se entenderem, mais complicado, ainda, fica entender o que está acontecendo neste país.

A violência produz insegurança. A corrupção, a revolta. A impunidade, a desconfiança na seriedade das autoridades... Lascou-se...

Oito policiais militares são condenados por envolvimento em homicídios na Ilha

PÁGINA 15

Oito policiais militares são condenados por envolvimento em homicídios na Ilha

Julgamentos aconteceram nos meses de fevereiro e março, deste ano, no Fórum Desembargador Sarney Costa



POR JULLY CAMILO

Durante julgamentos ocorridos nos meses de fevereiro e março, deste ano, a Justiça condenou oito policiais militares, acusados de envolvimento em assassinatos na capital maranhense. Também foram condenados um ex-policial civil e um cabo do Corpo de Bombeiros. O juiz Gilberto de Moura Lima, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, foi quem mais presidiu sessões que tiveram como réus homens ligados ao sistema de segurança do Estado. Ele afirmou que existem inúmeros processos contra policiais, a maioria por crimes que ocorreram há mais de 20 anos, mas que serão julgados

ainda em 2013, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

De acordo com o magistrado, o principal motivo para o envolvimento de policiais militares e civis em tais práticas criminosas, ainda, é, a impunidade. O juiz relatou que a maioria dos crimes foi cometida há bastante tempo; porém, muitos processos estavam nas varas criminais que não têm a mesma competência que o Tribunal do Júri, e só com a redistribuição dos mesmos e aumento de vagas foi possível a identificação e aceleração dos julgamentos. "Eu não sei as razões pelas quais estes processos estavam parados nas zonas de origem, mas só para a 2ª Vara vieram vários casos, envolvendo policiais; a maioria de crimes bárbaros, caracterizando execuções. O fato é que várias dessas ocorrências foram registradas há mais de 20 anos, o que dá a sensação de impunidade e revela o descaso da Justiça. Essa conduta acaba motivando e estimulando que outros episódios similares continuem acontecendo, na certeza de que nada haverá contra os envolvidos", revelou.

Segundo o juiz Gilberto de Moura Lima, a culpa da moro-

sidade no julgamento dos processos é do próprio Judiciário, pois ele acredita que alguém, por motivos alheios, possa paralisar o andamento dos casos. Entretanto, o magistrado afirmou que, com a interferência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelecendo metas de produtividade, a Justiça se tornou mais célere. "O CNJ cobra e quem não cumpre as determinações está pedindo para sair ou até mesmo mudar de profissão, pois só vai ficar na Justiça aqueles que têm compromisso e que faz disso aqui uma profissão de fé. Afinal, a lei é igual para todos, o que existe em muitas situações é uma conveniência do Judiciário".

Sob a participação de policiais em homicídios, o juiz disse que, normalmente, no momento em que estão sendo julgados, os réus alegam que estavam agindo em cumprimento da lei ou sob as ordens de algum comando hierárquico, e até em legítima defesa. "O fato é que, até agora, só na vara na qual atuo, sete policiais já foram julgados. Porém, ainda temos muitos processos a serem apreciados por aqui, ainda este ano", declarou.



O juiz Gilberto de Moura Lima foi quem julgou a maioria dos condenados

CASOS JULGADOS NO MÊS DE FEVEREIRO

Quatro PMs condenados – O 2º Tribunal Popular do Júri de São Luís condenou a 30 anos de reclusão o policial militar reformado Ivaldo Freire Coelho, pelo assassinato de Erinaldo Almeida Cunha, o “Doidinho”. O jovem foi executado com quatro tiros de revólver, no Bairro da Vila Embratel. No dia do crime, o policial, que era da ativa, mas se encontrava de folga, era acompanhado por outros três militares. O acusado deverá cumprir a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Por homicídio culposo, culpa por negligência, já que não foram capazes de impedir que a vítima fosse executada, também foram condenados os policiais Josuel Inácio Diniz Sá, José Paulo Vieira Neto e Edvaldo Pereira da Silva. As penas, fixadas em aproximadamente um ano e três meses de detenção, deverão ser cumpridas em regime aberto e cabe apelação da decisão em liberdade. Inicialmente, eles foram levados a júri popular junto com Ivaldo Freire, mas o Conselho de Sentença afirmou que os réus não quiseram o resultado da morte, nem assumiram o risco de produzi-lo, transferindo para o juiz a competência de julgá-los.

O julgamento dos quatro policiais militares foi presidido

pelo juiz Gilberto de Moura Lima, em 25 de fevereiro. Atuaram na sessão, que começou por volta das 8h30 e só terminou depois da meia-noite, o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis, os advogados Erivelton Lago e Jomar Câmara, e o defensor público Marcos César da Silva Fort.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o crime foi praticado no dia 28 de julho de 1994, por volta das 14h, no campo de futebol denominado “Piçarrão”, na Vila Embratel, em São Luís. O militar Ivaldo Freire Coelho, que estava de folga, juntamente com os policiais Edvaldo Pereira da Silva, Josuel Inácio Diniz Sá e José Paulo Neto, que estavam de serviço, invadiram a casa de Erinaldo Almeida Cunha, na Vila Embratel. A vítima foi espancada, algemada e levada para o campo de futebol, onde foi executada. Consta ainda na denúncia que os policiais envolvidos agiram por vingança, pois queriam, ao invadir a casa da vítima, tomar um revólver com o qual o jovem teria atirado em um policial.

PM condenado a 24 anos – O 2º Tribunal Popular do Júri de São Luís condenou, a 24 anos e seis meses de reclusão, o policial militar reformado Abimael Araújo Costa, pelo assassinato

de Manoel de Jesus Vilas Boas Santos, o “Cheiro”, de 20 anos. O jovem foi morto com um tiro de revólver na cabeça. O policial, que era da ativa, não estava de serviço no dia do crime.

O julgamento também foi presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, no dia 20 de fevereiro. Atuaram na sessão o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e o advogado Pedro Jarbas da Silva. A pena deverá ser cumprida em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele também foi condenado a indenizar os familiares da vítima. Na mesma sessão, o magistrado decretou a prisão preventiva do réu, encaminhando Abimael Araújo ao Quartel do Comando da Polícia Militar, onde ficará recolhido à disposição da Justiça.

Segundo a denúncia do Ministério Público, no dia 1º de janeiro de 1993, por volta das 16h, próximo ao Clube das Mães do Bairro do Fumacê, na área Itaqui-Bacanga, em São Luís, o acusado, de arma em punho, dominou a vítima, espancando-a com coronhadas de revólver e, em seguida, atirou na cabeça do jovem. Consta na denúncia que, ao ser espancado, Manoel de Jesus Vilas Boas Santos clamava para que o policial o soltasse.

CASOS JULGADOS NO MÊS DE MARÇO

Bombeiro condenado pela morte da ex-namorada

– O cabo reformado do Corpo de Bombeiros do Maranhão, José Fábio Mendes Sousa, foi condenado pelo 1º Tribunal do Júri de São Luís a 19 anos de reclusão pela morte de sua ex-namorada Maura Costa Rodrigues. Ele foi acusado de mandar assassinar a jovem por não aceitar o fim do namoro. Fábio Mendes, que já estava preso, deverá permanecer nessa condição até o trânsito em julgado da decisão judicial. A pena será cumprida em regime fechado. O julgamento foi presidido pela juíza titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Ariane Mendes Castro Pinheiro, no dia 13 de março.

Maura Costa Rodrigues foi assassinada com um tiro na cabeça, no dia 23 de fevereiro de 2010, em via pública, por volta das 13h30, quando saía de casa para o trabalho, no Bairro do Cohatrac IV, em São Luís. O autor dos disparos foi Ednaldo Lindoso que usou o revólver de José Fábio Mendes para

assassinar a vítima.

Militar reformado condenado – O policial militar reformado José de Ribamar Rocha foi condenado pelo júri popular a quatro anos de reclusão, pelo assassinato de Josimar Oliveira da Silva, crime ocorrido em maio de 1998, no Bairro Primavera/Bom Jesus, em São Luís. Ele deverá cumprir a pena em regime aberto, na Casa do Albergado, podendo aguardar, em liberdade, eventual recurso da decisão.

O julgamento, realizado no dia 14 de março, foi presidido pela juíza titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Kátia Coelho Sousa Dias. De acordo com a denúncia do Ministério Público, no dia 23 de maio de 1998, entre 16h30 e 17h, José de Ribamar Rocha, soldado reformado da Polícia Militar do Maranhão, assassinou Josimar Oliveira da Silva, com dois tiros de revól-

ver. Na ocasião, o acusado era da ativa e exercia suas funções na Penitenciária de Pedrinhas, onde fazia a segurança nas guaritas, entretanto no dia do crime estava de folga.

PM reformado condenado por tentativa de homicídio – No dia 15 de março, os jurados do Tribunal do Júri, condenaram a quatro anos e quatro meses de reclusão o policial reformado da Polícia Militar do Maranhão, João Carlos Ribeiro. Ele foi acusado de tentar matar, com um tiro de revólver, o comerciante José Raimundo Lima, no dia 9 de setembro de 2002, por volta de 1h, no “Clube Sorveteria São Raimundo”, de propriedade da vítima, no Bairro São Raimundo.

O julgamento foi presidido pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do júri,

Gilberto de Moura Lima. O militar deve cumprir a pena em regime semiaberto.

Militar e ex-policial civil são condenados – Foram condenados a nove anos, quatro meses e 15 dias de reclusão e a um ano e 10 meses de detenção, respectivamente, o policial militar Heraldo Silva Sousa Filho e o ex-policial civil Leonard Lopes da Silva. O militar cumprirá a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, por crime de homicídio simples. Já Leonard Lopes, condenado por homicídio culposo, poderá cumprir a pena em regime aberto.

Os julgamentos, ocorridos dias 20 e 22 de março, foram presididos pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima.

Heraldo Silva Filho, cabo da Polícia Militar do Maranhão, lotado na Companhia de Guarda do Palácio do Governo, foi condenado pelo assassinato de Ricardo de Jesus Martins, no dia 6 de setembro de 2004, por volta das 2h42, em um bar localizado nas proximidades da praça do Bairro de Fátima. Conforme consta nos autos, a vítima tentou evitar que o acusado continuasse a agredir uma mulher que se encontrava no bar, sendo assassinado com um tiro de revólver. Os jurados re-

jeitaram a tese de legítima defesa própria arguida em plenário.

Leonard Lopes da Silva foi inicialmente submetido a júri popular, mas o Conselho de Sentença negou, por maioria de votos, que o réu assim agindo tenha causado a morte ou assumido o risco de produzi-la. Assim, operou-se a desclassificação própria, com o declínio do julgamento do Tribunal do Júri, entregando ao seu juiz presidente condições para julgar o crime dentro da esfera comum de competência do juiz singular, que condenou o acusado por crime de homicídio culposo. Atualmente o ex-policial civil está preso na Delegacia

da Cidade Operária, condenado por crimes de roubo e formação de quadrilha.

Segundo a denúncia do Ministério Público, Leonard Lopes, que na época era policial civil, por volta das 14h do dia 21 de junho de 2004, nas dependências da Delegacia de Polícia da Cidade Operária, matou o detento Antônio Carlos Lopes de Almeida. Ele estava incumbido de fazer a condução da vítima do xadrez ao cartório da delegacia onde se encontrava presa, a fim de ser a mesma interrogada. Na ocasião, os dois travaram uma discussão e o policial atirou na cabeça da vítima, dentro da delegacia.



Fábio Mendes (detalhe) foi condenado por mandar matar sua ex-namorada, Maura Costa